



Alimentação escolar e os objetivos de desenvolvimento sustentável:

Uma agenda para combater a fome infantil, impulsionar a educação, transformar os sistemas alimentares e fortalecer a equidade

Sumário executivo

Kevin Watkins, Oliver Fiala, Peter Haag, Asma Zubairi

Setembro de 2024

Os programas nacionais de alimentação escolar, uma invenção do início do século XX, mantêm uma profunda relevância para alguns dos maiores desafios de desenvolvimento humano que o mundo enfrenta na terceira década do século XXI. O primeiro grande movimento por refeições escolares foi uma resposta à fome e à pobreza em massa entre as crianças que frequentavam a escola no mundo rico de hoje. Ele estabeleceu uma das pedras fundamentais para os modernos estados de bem-estar social. Hoje, a fome em massa e a pobreza extrema entre crianças continuam profundamente arraigadas nos países mais pobres do mundo, destruindo oportunidades educacionais em uma escala épica. A comunidade internacional está travando uma batalha perdida para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de 2030, que incluem a erradicação da pobreza, fim da fome e educação de qualidade para todos. Expandir o alcance dos programas de alimentação escolar pode mudar o rumo dessa batalha, trazendo esperança para a vida de milhões de crianças e apoiando o desenvolvimento de sistemas alimentares mais sustentáveis e equitativos.

Ao longo de sua história, os programas de alimentação escolar estiveram no cerne da luta por justiça social e sociedades mais justas. Em 1904, uma comissão parlamentar no Reino Unido concluiu que era "o cúmulo da crueldade" abrir as portas da escolaridade universal enquanto permitia que a pobreza roubasse das crianças a oportunidade de aprender. Pouco depois, o primeiro programa de alimentação escolar do país foi lançado. Nos Estados Unidos, as campanhas de alimentação escolar faziam parte do movimento contra a pobreza infantil e pelos direitos civis. Na Índia, organizações da sociedade civil lutaram e venceram um caso histórico que estabeleceu o acesso a uma refeição escolar nutritiva como um direito humano legalmente exigível. O programa nacional de alimentação escolar do Brasil foi uma parte integrante da estratégia de "fome zero" do país, que, na década após 2003, produziu uma das maiores histórias de sucesso em desenvolvimento humano da nossa era. A história dos movimentos de alimentação escolar, desde sua criação até os dias atuais, representa um recurso e uma fonte de inspiração para o que pode ser alcançado no futuro.

Com um esforço internacional conjunto, essa história poderia ser projetada no cenário mundial, catalisando uma recuperação dos ODS. Muitas das preocupações que motivaram o

primeiro grande movimento por refeições escolares são de profunda relevância em nossos tempos. O rosto da pobreza extrema e da fome atualmente é cada vez mais o rosto de uma criança que vive em países de baixa renda e de renda média baixa (LICs e LMICs). A desnutrição entre crianças em idade escolar é uma fonte de sofrimento e problemas de saúde em escala global. É uma acusação moral dos esforços nacionais e do estado da cooperação internacional. É também uma barreira poderosa para a aprendizagem. Programas de alimentação escolar demonstraram o potencial de reduzir essa barreira, permitindo que as crianças assegurem a educação que oferece um passaporte da pobreza para uma vida de oportunidades ampliadas. O aumento do acesso à alimentação escolar poderia desempenhar um papel crucial na aceleração das perspectivas de desenvolvimento humano nos países, criando novas oportunidades para um crescimento mais dinâmico e inclusivo.

A alimentação escolar oferece aos governos uma oportunidade de apoiar uma reforma mais ampla do sistema alimentar. Como destacado em um relatório recente da Comissão de Economia dos Sistemas Alimentares, nossos sistemas alimentares estão no cerne de alguns dos maiores desafios que a humanidade enfrenta. Eles fornecem dietas não saudáveis por meio de sistemas de produção insustentáveis que alimentam a crise climática, enquanto deixam milhões de pequenos agricultores na pobreza. Em meio à riqueza abundante e à produção canalizada pelos mercados de alimentos, milhões de cidadãos ao redor do mundo – especialmente pequenos agricultores – permanecem famintos e empobrecidos. Dietas não saudáveis estão alimentando uma epidemia global de sobrepeso e obesidade. A agricultura insustentável e com alto consumo de carbono está causando estragos ambientais e empurrando o mundo em direção a uma catástrofe climática. Reorientar os sistemas alimentares para dietas saudáveis e de origem sustentável, que estejam alinhadas ao bem-estar humano e aos limites ecológicos da Terra, representa um desafio existencial para os formuladores de políticas. As refeições escolares podem ajudar os governos a enfrentar esse desafio.

Este relatório expõe como programas de refeições escolares bem planejados e devidamente financiados podem apoiar mudanças transformadoras. Os benefícios potenciais em muitas áreas estão bem estabelecidos. Os programas de alimentação escolar têm um histórico comprovado de melhoria da nutrição, aumento das matrículas e melhoria dos resultados de aprendizagem, especialmente entre as crianças que ficaram para trás. Eles também podem desempenhar um papel mais amplo no apoio à reforma do sistema alimentar. A alimentação escolar oferece um meio de fornecer às crianças uma refeição saudável, potencialmente cortando as linhas de transmissão do sobrepeso na infância para a obesidade na idade adulta. A aquisição dessas refeições pode criar um mercado para a agricultura familiar, apoiar os meios de subsistência rural, criar incentivos para a agricultura sustentável e proporcionar às crianças acesso a alimentos biofortificados. Claro, a alimentação escolar não é uma intervenção isolada. Mas ela oferece um poderoso mecanismo para reconectar os sistemas alimentares com o objetivo de fortalecer o bem-estar humano e a sustentabilidade planetária.

O impulso político necessário para apoiar um "grande avanço" na alimentação escolar já está em formação. Os governos de muitos dos países mais pobres do mundo estão implementando

planos ambiciosos para ampliar a alimentação escolar, muitas vezes enfrentando severas restrições orçamentárias. Mais de 100 países e órgãos regionais são membros da Coalizão de Alimentação Escolar, que tem o compromisso de construir "um mundo onde cada criança tenha a oportunidade de desfrutar de uma refeição saudável e nutritiva na escola até 2030." Esse mundo é alcançável – se os governos e a comunidade internacional agirem com um senso de urgência e propósito coletivo. Este relatório apresenta o argumento para um esforço que amplie o alcance dos programas de alimentação escolar em países de baixa renda (LICs) e em países de renda média baixa (LMICs). Apresentamos dois cenários para essa expansão e as estimativas de custos associadas à sua implementação.

Os benefícios potenciais da alimentação escolar podem ser compreendidos a partir dos níveis de privação enfrentados pelas crianças. Os países de baixa renda (LICs) e os países de renda média baixa (LMICs) representam agora quase 90% da subnutrição global e uma parcela ainda maior da pobreza extrema de \$2,15/dia. As crianças estão na linha de frente desses déficits e da falta de cumprimento dos ODS que os acompanham. Embora crianças com menos de 18 anos representem aproximadamente um terço da população mundial, elas constituem metade da população que vive em extrema pobreza — e essa proporção está aumentando. As refeições escolares não são uma solução isolada para a fome infantil, mas oferecem um meio econômico e eficaz de alcançar milhões de crianças nos anos críticos da educação pré-escolar, do ensino fundamental e do fundamental II, correspondendo aproximadamente à faixa etária de 5 a 14 anos. Estimamos que:

- 186 milhões dessas crianças vivem em lares que sobrevivem com menos de US\$ 2,15 por dia, com mais do que o dobro desse número vivendo com menos de US\$ 3,65 por dia. Aproximadamente três quartos das crianças em países de baixa renda (LICs) e pouco menos da metade em países de renda média baixa (LMICs) vivem abaixo do limite superior.
- 143 milhões de crianças estão subnutridas, representando 28% daquelas em países de baixa renda (LICs) e 13% daquelas em países de renda média baixa (LMICs).
- 400 milhões vivem com insegurança alimentar moderada ou severa, incluindo 68% das crianças em LICs e 39% em LMICs.

A pobreza e a fome permeiam todos os aspectos da vida das crianças afetadas, incluindo a educação. Os impactos reais nunca poderão ser capturados por estatísticas. A fome é o rosto de uma criança que não consegue dormir à noite, vivendo com profunda ansiedade e incapaz de se concentrar na sala de aula. A "pobreza de aprendizagem", que deixa cerca de 70% das pessoas incapazes de ler textos básicos até o décimo aniversário, é um parente próximo da pobreza monetária e da fome.

A alimentação escolar faz parte do conjunto de ferramentas para romper as conexões que ligam a pobreza e a fome à desvantagem educacional. Em lares mais pobres, uma refeição escolar pode influenciar a decisão dos pais sobre enviar as crianças à escola, especialmente as meninas. Com base na análise da incidência da pobreza e dos dados sobre a lacuna de pobreza, estimamos o valor médio dos orçamentos por aluno alocados para refeições escolares em países

de baixa renda (LICs) e em países de renda média baixa (LMICs) para uma família com 2 a 3 crianças na escola, que varia de 10 a 16% em média para LICs e LMICs, e de 12 a 18% para a África Subsaariana. As transferências de refeições escolares criam incentivos para enviar crianças à escola e podem permitir que famílias pobres as mantenham na escola durante tempos difíceis.

Os benefícios da alimentação escolar podem ser acompanhados por meio de um amplo espectro de indicadores. Eles incluem aumento das matrículas, redução das taxas de evasão e melhoria na aprendizagem. A oferta de refeições escolares pode aumentar as matrículas em 10% ou mais em um contexto de baixa taxa de matrícula. Mais tempo na escola e a melhor concentração proporcionada por uma refeição nutritiva podem melhorar a aprendizagem, e as crianças mais pobres são as que mais se beneficiam. O programa de alimentação escolar de Gana permitiu que crianças pobres ganhassem o equivalente a quase dois anos adicionais de escolaridade. A alimentação escolar também melhora significativamente a nutrição — e não apenas para os beneficiários diretos. Evidências significativas do programa de refeições escolares da Índia mostram que crianças cujas mães participaram eram menos propensas a ter crescimento prejudicado, com as refeições escolares contribuindo de 13% a 32% para os ganhos de altura em relação à idade, uma medida do crescimento deficiente.

Muitos países já estão utilizando programas de refeições escolares para promover reformas maiores no sistema alimentar. As práticas de aquisição são voltadas para a agricultura local e para práticas agrícolas compatíveis com o desenvolvimento sustentável. No Brasil, 30% da aquisição de refeições escolares é reservada para pequenos agricultores, apoiando programas maiores para reduzir a pobreza rural. Municípios ao redor do mundo estão usando ativamente a aquisição de refeições escolares para promover práticas agrícolas orgânicas e de baixo carbono. Cada vez mais, embora de maneira ainda inadequada e desigual, a alimentação escolar está sendo integrada a estratégias mais amplas para dietas saudáveis, oferecendo às crianças alguma proteção contra as práticas de marketing voltadas para dietas não saudáveis. O arquiteto do programa de alimentação escolar da Finlândia capturou o potencial: "Se quisermos mudar a alimentação nacional, é fundamental que isso comece nas escolas." Novas oportunidades estão surgindo para fornecer às crianças alimentos biofortificados, que representam uma resposta comprovada, econômica e eficaz à desnutrição.

Os múltiplos benefícios da alimentação escolar são amplamente subestimados, em parte devido a uma abordagem compartimentalizada das políticas públicas. Concentrar-se na relação custo-benefício de curto prazo em qualquer área (por exemplo, nutrição ou aprendizagem) subestima os benefícios agregados da alimentação escolar em diversas áreas (como aprendizagem, nutrição e segurança alimentar). Além disso, levar a alimentação escolar para o nível nacional gera benefícios cumulativos que se acumulam ao longo da vida das crianças e gera poderosos efeitos multiplicadores.

A cobertura atual em países de baixa renda (LICs) e de renda média baixa (LMICs) é extremamente limitada, e grande parte do que se considera "cobertura" é de má qualidade, associada à falta de financiamento adequado. Em 2021, logo após a pandemia de Covid-19,

apenas 19% das crianças em escolas primárias nos países de baixa renda (LICs) e 39% nos países de renda média baixa (LMICs) — um total de 157 milhões de crianças — receberam algum tipo de alimentação escolar. No entanto, o que é oferecido por meio das refeições escolares varia enormemente. Milhões de crianças classificadas como "cobertas" para fins de relatório não recebem uma refeição de qualidade de forma consistente durante o ano letivo. Embora qualquer refeição escolar seja, evidentemente, melhor do que nenhuma refeição, especialmente para crianças que vivem em situação de fome, a oferta de baixa qualidade prejudica significativamente os benefícios potenciais.

Os baixos níveis de cobertura indicam um imenso potencial inexplorado para alcançar crianças que enfrentam altos níveis de privação. Identificamos um grupo de países com altos níveis de privação, indicados pela pobreza monetária e pelo crescimento deficiente (ambos $\geq 20\%$), e com baixa cobertura de alimentação escolar ($\leq 30\%$). Estimamos que apenas para a faixa etária do ensino fundamental:

- 126 milhões de crianças em países de pobreza extrema não têm acesso a refeições escolares.
- 165 milhões de crianças não têm acesso a refeições escolares – dois terços delas em países com níveis muito altos de crescimento deficiente ($\geq 35\%$).
- Cerca de 80 milhões de crianças não têm acesso a refeições escolares em países com baixa cobertura e altos níveis de pobreza e crescimento deficiente.

Esses números subestimam os níveis de necessidade, mas a conexão entre a expansão da alimentação escolar e a redução da privação não é automática. Há muitos milhões de crianças vivendo em países com níveis de cobertura média mais altos, mas onde as refeições escolares não alcançam as crianças mais pobres, seja porque estão fora da escola ou porque estão em escolas que não são atendidas. A eficácia das merendas escolares em alcançar as crianças mais carentes depende criticamente de garantir que essas crianças estejam na escola e que a escola que frequentam seja atendida pelos programas governamentais. Esperar pelos efeitos do gotejamento para alcançar as crianças e comunidades mais pobres é tanto ineficiente (porque é aqui que os maiores resultados podem ser alcançados) quanto injusto (porque deixa os pobres para trás). Defendemos abordagens baseadas no "universalismo progressivo" ou em colocar os mais desfavorecidos em primeiro lugar, uma abordagem consistente com o princípio dos ODS de garantir que o progresso seja mais rápido para aqueles que estão mais distantes dos objetivos.

Desenvolvemos cenários para a ampliação dos programas de alimentação escolar. Os cenários não oferecem roteiros, mas podem ilustrar resultados possíveis. Concentrando-nos na faixa etária de cinco a 14 anos, estimamos que a população escolar em LICs e LMICs aumentará em 67 milhões até 2030 devido a mudanças demográficas e ao aumento das matrículas. Incluímos a oferta de um ano de educação infantil, que é fundamental para alcançar crianças que sofreram de desnutrição crônica nos primeiros anos de vida. Também incluímos o ensino fundamental II, que pode reduzir o risco de evasão escolar entre as adolescentes. São apresentados dois cenários

principais, cada um dos quais representaria um grande avanço em direção a refeições escolares universais.

- **Cenário 1: Uma agenda altamente ambiciosa.** A cobertura de refeições escolares em países de baixa renda (LICs) e de renda média baixa (LMICs) alcançará 60% até 2030 para crianças da educação infantil e do ensino fundamental, e 10% de cobertura no ensino fundamental II. Mais 236 milhões de crianças serão beneficiadas por programas de alimentação escolar em 2030, sendo 90 milhões delas em países de baixa renda (LICs).
- **Cenário 2: Progresso acelerado com a convergência de países de baixa renda (LICs) e de renda média baixa (LMICs).** A cobertura de alimentação escolar em LICs dobra em relação aos níveis de 2021 até 2030, alcançando os LMICs, onde a cobertura aumenta em 1% ao ano. O número de crianças cobertas aumenta em 162 milhões.

Estimar o custo dos nossos cenários não é simples. Há uma falta de evidências comparáveis entre países sobre o custo total dos programas de alimentação escolar. Esta é uma área em que novas pesquisas sobre o custo total do fornecimento de alimentação escolar de boa qualidade são urgentemente necessárias. Na ausência de dados comparáveis entre países, utilizamos estimativas de custos ajustadas pela inflação de um estudo anterior. Embora reconheçamos que há margens de erro significativas, aplicamos um custo de referência médio para o fornecimento de refeições escolares de US\$ 64 por aluno anualmente para países de baixa renda (LICs) e países de renda média baixa (LMICs). Com base neste parâmetro, os custos anuais médios ao longo de um período de cinco anos seriam de US\$ 3,6 bilhões (Cenário 1) e US\$ 2,7 bilhões (Cenário 2). Esses números incluem os custos suplementares para elevar as médias das alocações orçamentárias relatadas para os programas existentes ao nível de referência de US\$ 64 por aluno.

Embora os custos principais sejam modestos quando expressos como uma parcela da renda nacional, os governos dos LICs e LMICs não conseguirão cobri-los apenas com orçamentos domésticos. O custo adicional de financiar o cenário altamente ambicioso em países de baixa renda (LICs) – cerca de US\$ 1,1 bilhão – representa aproximadamente três vezes a alocação orçamentária de 2021 (sem auxílio). Para os países de renda média baixa (LMICs), os US\$ 2,5 bilhões anuais necessários representam 60% da alocação orçamentária de 2021. Diante de uma pressão enorme sobre o financiamento, ligada a uma desaceleração no crescimento, dívida externa insustentável, altos custos de empréstimos e inflação, os governos em países de baixa renda (LICs) e países de renda média baixa (LMICs) já estão lutando para manter os gastos em áreas-chave como saúde, educação e infraestrutura econômica.

O compartilhamento de custos entre os governos nacionais e a comunidade internacional mais ampla será fundamental. Nossos cenários não fornecem fórmulas de compartilhamento de custos, mas uma abordagem prática pode ilustrar alguns parâmetros aproximados. Atualmente, a ajuda internacional representa cerca de metade das alocações orçamentárias para refeições escolares em países de baixa renda (LICs) e uma média de 25% em países de renda média baixa (LMICs). Aplicar essas proporções aos custos adicionais sugere que serão necessários cerca de

US\$ 1,2 bilhão em nova ajuda adicional (US\$ 550 milhões para os LICs e US\$ 700 milhões para os LMICs). Garantir que os orçamentos domésticos assumam a responsabilidade por uma parcela crescente dos gastos totais reduzirá o risco de dependência do auxílio.

Apesar do espaço fiscal limitado, os governos dos LICs e LMICs poderiam considerar uma variedade de opções para financiar a expansão dos programas de alimentação escolar.

Mobilizar mais receita é uma prioridade, dada a baixa relação entre impostos e PIB em muitos países. Redirecionar subsídios gerais, que muitas vezes são ineficientes e injustos, para investimentos direcionados em alimentação escolar poderia aumentar as receitas. Muitos economistas são altamente críticos de impostos destinados. No entanto, vários países financiam programas de alimentação escolar em grande escala, seja totalmente (Bolívia e Guatemala) ou parcialmente (Índia), com impostos destinados ao gasto com alimentação escolar. Impostos sobre bebidas açucaradas poderiam criar uma conexão financeira entre a origem de um "mal público" e o bem público da alimentação escolar saudável. O "imposto sobre junk food" recentemente introduzido na Colômbia sobre alimentos altamente processados oferece um modelo que poderia ser considerado de forma mais ampla como uma fonte de financiamento para a alimentação escolar.

Um resumo das possibilidades com potencial para mobilizar recursos novos e adicionais inclui o seguinte:

- aumento das **receitas gerais** por meio de uma tributação mais eficiente e equitativa, incluindo o encerramento de isenções fiscais que beneficiam grupos de alta renda;
- **tributação específica** que vincula o financiamento dos programas de alimentação escolar a fluxos de receita provenientes de petróleo, gás e minerais, baseando-se no modelo fornecido pela Bolívia;
- **taxar "males públicos"** para financiar o bem público da alimentação saudável por meio de refeições escolares, utilizando impostos sobre bebidas açucaradas – e considerando a adoção do "imposto sobre junk food" introduzido na Colômbia;
- redirecionar **subsídios gerais** para um apoio mais direcionado à alimentação escolar em áreas com altos níveis de privação; e
- integrar a alimentação escolar às estratégias de reforma dos sistemas alimentares e adaptação climática para desbloquear fontes de **financiamento climático**.

A cooperação internacional é lamentavelmente inadequada, considerando os benefícios potenciais da alimentação escolar para os ODS. A assistência oficial ao desenvolvimento (AOD) relatada para as refeições escolares é de aproximadamente US\$ 287 milhões, representando 0,1% da ajuda internacional. Além disso, os fluxos de ajuda são dominados por apenas um doador: os Estados Unidos respondem por mais de dois terços do total. Outros doadores do G7, incluindo França, Japão e Reino Unido, fazem contribuições limitadas. O Banco Mundial, a maior fonte de financiamento para desenvolvimento em países de baixa renda (LICs) e de renda média baixa (LMICs), tem investimentos anuais médios de cerca de US\$ 22 milhões. A atual 21ª reposição da

Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA), a instituição de financiamento concessional do Banco Mundial, oferece uma oportunidade para mudar esse cenário.

Há uma necessidade urgente de abordagens mais flexíveis e inovadoras para a cooperação internacional. O financiamento do desenvolvimento internacional para a alimentação escolar sofre de falhas fundamentais. A ajuda é subfinanciada, fragmentada e dominada por transferências vinculadas às preferências de doadores individuais, em vez das necessidades e oportunidades estratégicas apresentadas pelos países destinatários. O financiamento inovador, na forma de alívio de dívida, emissões de títulos e taxas internacionais, é limitado. A defesa internacional por alimentação escolar teve impacto limitado. Há lições a serem extraídas da experiência dos fundos globais de saúde. Em particular, o uso de recursos compartilhados (e não vinculados) para alcançar metas coletivas por meio de apoio a programas nacionais, com alocações determinadas por avaliações técnicas robustas e fórmulas de compartilhamento de custos, oferece um modelo que poderia ser implementado para apoiar a alimentação escolar. Os fundos globais de saúde também forneceram mecanismos para mobilizar recursos inovadores, um canal para apoio filantrópico e, por meio de seus exercícios de reposição, um ponto focal para a defesa nacional e internacional.

O serviço da dívida insustentável é uma barreira ao financiamento da alimentação escolar que poderia ser reduzida. Os pagamentos da dívida estão dilapidando os gastos públicos em setores sociais vitais nos LICs e LMICs. Por exemplo, os US\$ 87 bilhões programados para pagamentos em 2023 superam os gastos com saúde e nutrição. Muitos governos estão cumprindo suas obrigações com credores externos, especialmente credores comerciais, deixando de lado suas obrigações para com as crianças. O reescalonamento da dívida e (quando necessário) a redução criariam um ambiente propício para converter dívidas impagáveis em investimentos nas pessoas, inclusive por meio da alimentação escolar. Os swaps de dívida, por meio dos quais os credores renunciam a reivindicações relacionadas aos compromissos de gastos do governo em áreas acordadas, também poderiam contribuir para o financiamento da alimentação escolar. Os mais recentes acordos de swap de dívida em larga escala têm como alvo metas de conservação marinha. É difícil ver o argumento ético ou econômico contra a expansão da abordagem para aliviar a fome entre crianças.

O financiamento internacional inovador pode desempenhar um papel no apoio a um plano de ação global para a alimentação escolar. As dificuldades em passar da conceitualização para a implementação em financiamento inovador são bem conhecidas. Mas há exemplos promissores. A Unitaid, a iniciativa multilateral de saúde, é financiada por meio de um imposto global sobre companhias aéreas iniciado pela França em 2006. Em um relatório preparado para a presidência brasileira do G20, Gabriel Zucman apresenta o argumento a favor de um imposto global sobre a riqueza dos bilionários (Zucman, 2024). Com uma alíquota de 2% sobre a riqueza dos bilionários, o imposto poderia arrecadar até US\$ 250 bilhões anualmente. Para contextualizar, a ajuda internacional necessária para financiar um plano de ação global para atingir mais 236 milhões de crianças representa apenas 0,4% desse valor. A proposta de imposto sobre a fortuna dos bilionários é um lembrete das enormes disparidades de riqueza que definem o mundo atual e do

potencial para alcançar mudanças transformadoras por meio de transferências limitadas. No contexto do financiamento de alimentação escolar, há fortes razões para considerar um imposto global sobre junk food modelado na legislação colombiana, com parte da receita alocada para estratégias nacionais de alimentação escolar em países de baixa renda (LICs) e de renda média baixa (LMICs).

Sem um apoio internacional fortalecido, mesmo os planos nacionais mais robustos ficarão muito aquém de seu potencial. Resumimos algumas das oportunidades mais imediatas:

- Os doadores poderiam se comprometer a **aumentar a ajuda para a alimentação escolar** para cerca de US\$ 1,5 bilhão anualmente, a fim de apoiar os planos nacionais por meio de financiamento e suporte técnico.
- O **Banco Mundial**, como a maior fonte de financiamento para o desenvolvimento em LICs e LMICs, poderia atribuir mais importância à alimentação escolar na reposição e entrega do IDA 21, fornecendo pelo menos US\$ 300 milhões anualmente.
- O financiamento inovador por meio do **Mecanismo Internacional de Financiamento para a Educação** (International Finance Facility for Education - IFFEd) poderia alavancar o financiamento para o desenvolvimento multilateral para a alimentação escolar, oferecendo garantias de risco.
- O financiamento por meio do Programa Mundial de Alimentos (WFP - World Food Programme), da Parceria Global pela Educação (Global Partnership for Education) e da Educação Não Pode Esperar (Education Cannot Wait) poderia ser aumentado para impulsionar programas de alimentação escolar em **contextos humanitários**.
- A **redução da dívida** poderia ser acompanhada pela inclusão da alimentação escolar em operações de swap de dívida em larga escala, com a nutrição infantil por meio de refeições escolares sendo colocada em pé de igualdade com a mobilização de recursos alcançada por meio de swaps de dívida para conservação marinha no Equador e em outros países.
- A alimentação escolar poderiam ser integrada aos portfólios de projetos das instituições de financiamento climático, como o **Fundo Verde para o Clima**.

A Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza, criada durante a presidência do Brasil no G20, oferece uma plataforma para apoiar um grande impulso pela alimentação escolar. A Aliança tem como objetivo estabelecer uma conexão entre planos de propriedade nacional para acelerar o progresso em direção às metas de ODS de erradicação da pobreza e fome zero. A alimentação escolar oferece uma oportunidade tremenda para a Aliança gerar resultados. Os governos dos LICs e LMICs poderiam ser convidados a desenvolver planos para programas de alimentação escolar mais ambiciosos, estabelecendo compromissos orçamentários e mecanismos de implementação. Os doadores poderiam decidir apoiar esses planos aumentando sua ajuda e suporte técnico. Grande parte da arquitetura de entrega já está em vigor, e a Coalizão para a Alimentação Escolar oferece uma rede pronta para cooperação.

Um grande esforço global pela alimentação escolar proporcionaria uma mudança transformadora. Para milhões de crianças que vivem com fome e na pobreza, isso traria

esperança e abriria oportunidades para a educação. Para uma comunidade internacional que está perdendo a batalha pelos ODS, isso demonstraria que a mudança é possível e que a cooperação multilateral pode gerar resultados. À medida que os governos ao redor do mundo enfrentam os desafios intimidadores impostos por sistemas alimentares que estão falhando com as pessoas e o planeta, a aquisição de alimentação escolar faz parte do conjunto de ferramentas para promover dietas saudáveis, fortalecer os meios de subsistência rurais e apoiar a agricultura sustentável. Este relatório se concentrou no financiamento necessário para implementar um ambicioso plano de ação global que representaria um grande passo em direção à alimentação escolar universal nos países mais pobres do mundo. Com o apoio da cooperação internacional, os custos são viáveis. O custo da falta de ação provavelmente será muito maior.